

RECURSO ESPECIAL Nº 1.687.824 - RJ (2016/0246742-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LUIZ GUILHERME DE SOUZA ALMEIDA
ADVOGADOS : MATUSALEM LOPES DE SOUZA - RJ038754
JOÃO AUGUSTO FIGUEIREDO DA ROCHA - RJ030826
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL, NA FORMA TENTADA. (ART. 121, § 2º, III E IV, C/C O ART. 14, II, AMBOS DO CP). LEGÍTIMA DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ E 282 e 356/STF. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO FIRMADO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.
Recurso especial improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **Luiz Guilherme de Souza Almeida**, com fundamento na alínea *a* e *c* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na Apelação Criminal n. 0002258-36.2007.8.19.0065/RJ.

Consta dos autos que, após a decisão do Tribunal do Júri, a Magistrada singular condenou o recorrente às seguintes penas: 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, (art. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 14, II, do CP) e 2 anos de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa (art. 14 da Lei n. 10.826/2003).

Defesa e acusação apelaram. O Tribunal negou provimento ao primeiro recurso, porém proveu parcialmente o segundo, majorando as reprimendas para 11 anos e 1 mês de reclusão, para o crime de homicídio qualificado tentado, e para 2 anos e 4 meses de reclusão, e 10 dias-multa, no tocante ao delito de porte ilegal de arma de fogo. Em relação a ambos estabeleceu o regime inicial fechado (fls. 1.180/1.181):

TRIBUNAL DO JÚRI – HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO FÚTIL, NA FORMA TENTADA – ALEGAÇÃO DE NULIDADES

POSTERIORES À PRONÚNCIA – INDEFERIMENTOS A PLEITOS DO 2ª APELANTE NO JUÍZO A *QUO* – PLEITOS MINISTERIAIS DE AUMENTO DE PENA-BASE PARA O CRIME DE HOMICÍDIO, POR RECONHECIMENTO DE DUAS QUALIFICADORAS, ALÉM DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL – FIXAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/3, EM RAZÃO DA PROXIMIDADE DE CONSUMAÇÃO DO DELITO – FIXAÇÃO EM GRAU MÁXIMO DA PENA DO CRIME DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E DO REGIME INICIAL SEMIABERTO PARA INÍCIO DE CUMPRIMENTO DE REPRIMENDA DESTE DELITO – PLEITOS DEFENSIVOS PELA NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA, CASSAÇÃO DA DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA POR DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA AOS AUTOS, PELA ADOÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO, ABSORVENDO O CRIME DE HOMICÍDIO, EM RAZÃO DE SER O RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES E EM RAZÃO DE A VÍTIMA NÃO TER SOFRIDO SEQUELAS PERMANENTES – PARCIAL PROVIMENTO DO APELO MINISTERIAL COM AUMENTO DA PENA-BASE QUE SE FAZ EM ATENÇÃO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 59 DO ESTATUTO REPRESSOR E ADOÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/6 EM RECONHECIMENTO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS AO RÉU QUE FORÇAM A REVISÃO DA PENA COMINADA PARA O DELITO DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO – CONJUNTO DA PROVA QUE SE MOSTRA APTO A CONFIRMAR A CONDENAÇÃO IMPOSTA DOSIMETRIA DA PENA QUE MERECE REPARO – PENA-BASE FIXADA PELO JUÍZO DE PISO POUCO ACIMA PATAMAR MÍNIMO LEGAL QUE DEVE SER MAJORADA – APELO DEFENSIVO DESPROVIDO – APELO MINISTERIAL PARCIALMENTE PROVIDO, FIXANDO A NOVA REPRIMENDA EM 13 (TREZE) ANOS, 05 (CINCO) MESES E 10 (DEZ) DIAS-MULTA, NO VALOR MÍNIMO LEGAL, EM REGIME FECHADO PARA OS CRIMES DE HOMICÍDIO E DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, EXPEDINDO-SE O MANDADO DE PRISÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO.

A defesa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados (fl. 1.251):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO – TRIBUNAL DO JÚRI – HOMICÍDIO TENTADO DUPLAMENTE QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL E MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA – ACÓRDÃO UNÂNIME DESTA COLENDIA CÂMARA CRIMINAL QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL – ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE, SUSTENTANDO O EMBARGANTE ESTAR VULNERADO O PRINCÍPIO DA PERSUAÇÃO RACIONAL DAS PROVAS, BUSCANDO REDISCUTIR MATÉRIA JÁ APRECIADA – PRETENSÃO DE DAR EFEITOS INFRINGENTES AOS EMBARGOS, VISANDO MODIFICAR ACÓRDÃO UNÂNIME – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO QUE PREQUESTIONA MATÉRIA CONSTITUCIONAL OBJETIVANDO RECURSO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES – EMBARGOS DECLARATÓRIOS QUE SE REJEITAM.

No recurso especial, alegou a defesa (fls. 1.266/1.286):

a) ofensa ao art. 593, § 3º, do Código de Processo Penal, pela existência de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos, uma vez que estaria caracterizada a legítima defesa;

b) ser devida absorção do porte ilegal de arma pelo crime de homicídio, por se cuidar de delito-meio; e

c) malferimento do art. 93, IX, da Constituição da República, art. 617 do Código de Processo Penal e arts. 59 e 68 do Código Penal, diante da exasperação da pena-base sem a fundamentação idônea, pois inerente ao próprio tipo penal.

Aduz que, na segunda fase da dosimetria, teriam sido novamente sopesados elementos valorados na estipulação da pena-base.

Pediu o provimento do recurso especial, com a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, a aplicação do princípio da consunção ou a redução da pena aplicada.

Oferecidas contrarrazões (fls. 1.305/1.319), inadmitiu-se o recurso na origem (fls. 1.341/1.345). A defesa interpôs o presente agravo (fls. 1.391/1.398), que foi contraminutado (fls. 1.404/1.406).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do agravo (fls. 1.442/1.444).

Interposto agravo em recurso especial, esse foi convertido em recurso especial (fls. 1.447/1.450).

É o relatório.

Conforme disposto no art. 593, III, *d*, e § 3º, do Código de Processo Penal, cabível novo julgamento pelo Tribunal do Júri se a decisão dos *jurados é manifestamente contrária à prova dos autos* (AgRg no AREsp n. 1.369.974/MG, Ministro Joel Ilan

Paciornik, Quinta Turma, DJe 21/10/2019).

Nesse contexto, o Tribunal de origem, soberano no exame da matéria fático-probatória, após reconhecer a autoria e a materialidade do delito perpetrado pelo recorrente, considerou adequada a decisão condenatória do Conselho de Sentença, porque consentânea com as provas carreadas aos autos, nos seguintes termos (fls. 1.193/1.198):

[...] Passo agora a apreciar os pleitos defensivos, iniciando com o que argui a nulidade do processo, alegando a defesa ter sido cerceada, pois teve indeferido seu pedido de juntada aos autos do instrumento "ferrão de boi", o que teria prejudicado o entendimento dos jurados quanto a capacidade lesiva que tal instrumento pode proporcionar quando utilizado.

Não lhe assiste razão à defesa, visto que o indeferimento da juntada ocorreu porque o instrumento não foi apreendido, sendo que a Defesa não se insurgiu no momento próprio. Além disso, a tese de cerceamento de defesa não merece prosperar em razão de ter sido acostada aos autos foto do citado instrumento, que foi exibida durante os trabalhos do júri, não havendo manifestação dos jurados quanto a possível não entendimento da lesividade do instrumento.

No tocante à arguição de nulidade nesta fase processual, tampouco merece acolhida tal tese, pois ex vi da norma insculpida no Art. 571, V, CPP este questionamento deveria ter ocorrido logo após o pregão das partes, o que não ocorreu, conforme pode ser atestado pela simples leitura da ata de sessão, ocorrendo preclusão processual, não havendo nulidade a ser reconhecida.

Já em relação a tese defensiva de ser a decisão contrária à prova dos autos melhor sorte não assiste à Defesa técnica.

A prova acostada aos autos é robusta, com laudos técnicos consistentes, esquema de lesões, laudo de exame em munições além da prova testemunhal, deixando livres de dúvidas quanto à autoria e materialidade.

Os depoimentos prestados durante a plenária narram fatos já descritos na inicial acusatória e na fase de inquisição, não havendo como imaginar um julgamento tão dissociado do fato concreto como pretende a nobre Defesa.

O réu inclusive afirmou serem verdadeiros os fatos, relatando que houve uma discussão entre ele e a vítima, na noite anterior, em uma festa, quando se encontravam ébrios, trecho que reproduzo abaixo:

[...]

Portanto improsperável mais esta tese defensiva não se vislumbrando contradição entre o que foi decidido, soberanamente, pelo Conselho de Sentença e a prova carreada aos autos.

[...]

Na espécie, para alterar a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias e acolher a tese de legítima defesa e decidir pela absolvição sumária do recorrente, *ou desclassificar a conduta para lesão corporal ou, ainda, para excluir as qualificadoras, demandaria, necessariamente, revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos*

autos, procedimento que encontra óbice na Súmula 7/STJ, que dispõe: a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial (AgRg no AREsp n. 1.482.074/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/9/2019).

Em termos diversos, o acolhimento da tese *relativa à legítima defesa demanda o exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ* (AgRg no AREsp n. 1.476.923/RS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 14/10/2019)

Inclusive, faz-se condição *sine qua non* ao conhecimento do especial, que tenham sido ventiladas, no contexto do acórdão *a quo*, *as teses jurídicas indicadas na formulação recursal, emitindo-se, sobre elas, juízo de valor, interpretando-se-lhes o sentido e a compreensão* (AgRg no AREsp n. 730.890/DF, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1/10/2015).

Erigida essa premissa, da atenta leitura dos autos, denota-se que a suposta tese de legítima defesa nem sequer foi julgada ou debatida pelo acórdão estadual, o que atrai a incidência dos Enunciados n. 211/STJ, n. 282 e n. 356/STF, em decorrência da ausência de prequestionamento.

Para além disso, cumpre salientar que o sistema das nulidades é norteado pelo princípio do prejuízo, ou seja, as formas processuais descumpridas devem ser invalidadas apenas quando verificado o prejuízo.

O Código de Processo Penal, em seu art. 563, dispõe que nenhum ato será declarado nulo se da nulidade **não** resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa. A literalidade do dispositivo deixa clara a exigência do prejuízo às partes para o reconhecimento da nulidade processual.

O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que, para o reconhecimento de eventual nulidade, ainda que **absoluta**, faz-se necessária a demonstração do prejuízo. Consoante frisou o Ministro Cezar Peluso, ao denegar a ordem no HC n. 82.899/SP, *não há, no processo penal, nulidade ainda que **absoluta**, quando do vício alegado não haja decorrido prejuízo algum ao réu*

Em termos diversos, etimologicamente, processo significa marcha avante, do latim *procedere*. Logo a interrupção de seu seguimento, por meio da imposição de nulidades infundadas, fere peremptoriamente o instituto jurídico. Em razão disso, segundo a legislação processual penal em vigor, é imprescindível – quando se trata de nulidade de ato processual – a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio *pas de nullité sans grief*, o que não ocorreu na espécie.

Nesse sentido: AgRg nos EDcl no AREsp n. 297.467/SC, Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 18/2/2016.

A análise destes autos **não** evidencia a ocorrência de qualquer prejuízo para o recorrente, que, tal como já enfatizado, exerceu, em plenitude, as prerrogativas inerentes ao direito de defesa.

De mais a mais, a verificação da real intenção da prática delitiva (homicídio) perpetrada pelo recorrente envolve a análise do material fático-probatório disposto nos autos, o que, na via especial, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Noutro giro, o voto condutor do acórdão *a quo* refutou a incidência do princípio da consunção – absorção do porte ilegal de arma pelo crime de homicídio, por se cuidar de delito-meio –, ao explicitar o seguinte (fls. 1.195/1.196):

[...] Pleiteia a defesa a adoção do princípio da consunção, entre as práticas criminosas do homicídio tentado e do porte ilegal da arma de fogo, caracterizando-se o crime de porte ilegal da arma de fogo como crime meio para a obtenção do crime fim, qual seja o homicídio.

Aduz não haver provas que o réu estava de posse da aludida arma de fogo, tendo ele simplesmente se apoderado de uma qualquer objetivando o cometimento do homicídio.

Trago à colação depoimento do réu quando indagado sobre a arma de fogo em questão:

[...]

Claro, diante de tal afirmação, que o réu não buscou arma alguma para realizar os disparos contra a vítima, tendo feito uso de arma de fogo que já se encontrava ao alcance da mão, sob o banco do motorista, desde dias anteriores, do veículo que era conduzido por ele.

Julgado já colacionado pela Douta Procuradoria Geral de Justiça elucidada em definitivo a quaestio:

[...]

Consoante se observa da leitura do voto, o conjunto probatório carreado aos

autos revelou, para as instâncias ordinárias, que, para cometer o delito de tentativa de homicídio, o recorrente *lançou mão de arma que já estava em seu poder, embaixo do banco do motorista de seu veículo, desde dias antes dos fatos em tela* (fls. 1.195/1.196).

Melhor esclarecendo, o voto condutor do acórdão estadual demonstrou **não** ter vinculação exclusiva entre o delito de porte de arma de fogo e o crime de homicídio, de maneira que aquele pudesse ser considerado crime meio e, portanto, *ante factum impunível. Ao contrário, o Sodalício estadual apontou o porte do artefato pelo réu em outras ocasiões que não a prática do crime de homicídio, tornando inviável a aplicação da regra da consunção, haja vista a existência de crimes autônomos e independentes* (HC n. 395.268/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 19/12/2017).

Tratando-se, assim, de delitos autônomos, já que o porte ilegal de arma de fogo **não** se erigiu, *in casu*, apenas em meio normal e necessário para a execução do homicídio, mas, sim, em um fim em si mesmo, o que afasta a incidência do princípio da consunção, e nos conduz ao concurso material de crimes (fls. 1.177/1.200 e 1.249/1.254).

Portanto, a absorção do crime de porte ilegal de arma de fogo pelo de homicídio exige que as condutas tenham sido praticadas no mesmo contexto, guardando relação de dependência ou subordinação, de modo que o *porte tenha como fim unicamente a prática do delito de homicídio. A reversão das premissas fáticas deduzidas no acórdão de apelação – que manteve a condenação pela prática de homicídio e de porte ilegal de arma de fogo, em concurso material – implica revisão fático-probatória, providência inadmissível na via eleita, nos termos da Súmula 7/STJ* (AgRg no AREsp n. 1.186.399/MS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 15/5/2018).

Superado esse aspecto, alega também a parte recorrente que, na dosimetria, houve exasperação da pena sem fundamentação adequada. Contudo, contravindo os argumentos recursais, o voto condutor do acórdão *a quo* consignou (fls. 1.186/1.200):

[...] Feitas essas considerações, passo a analisar o *meritum causae*, iniciando pelos pleitos ministeriais:

O *Parquet* ambiciona ser a pena-base do delito de homicídio fixada em 24 anos,

tendo como fundamento a dosimetria da sentença guerreada, pois, em seu entendimento, o decisum hostilizado deixou de levar em consideração a existência de duas qualificadoras, a culpabilidade do réu bem acima do normal, as circunstâncias desfavoráveis do delito, tendo sido cometido por motivo fútil e com 03 disparos atingindo a vítima, causando-lhe debilidade permanente.

Ao analisar a sentença proferida, o sentenciante operou corretamente, ao atender ao Conselho de Sentença, que reconheceu a procedência da tese manifestada na exordial acusatória, acolhendo as duas qualificadoras lá elencadas, acolhendo uma delas como agravante genérica e a outra como real qualificadora do delito perpetrado, como preconiza a melhor doutrina sobre o assunto:

[...]

Assim, não assiste razão ao *Parquet* nesse pleito.

Prossigo na análise, apreciando o pleito ministerial de exasperação da pena-base, fulcrando tal pedido na culpabilidade exacerbada do demonstrada pelo réu. Atesto que a vítima foi atingida por três disparos de arma de fogo, tendo sofrido cirurgias reparadoras, apresentando ainda debilidade de um dos membros, conforme os laudos acostados já analisados. Logo, com razão o *Parquet*, devendo ser a pena-base exasperada.

Insurge-se ainda o *Parquet* quanto ao aumento feito pelo Juízo a quo na segunda fase, de 01 ano, considerado insuficiente pelo órgão ministerial, por não atender aos critérios da proporcionalidade e razoabilidade.

Embora seja o juiz o senhor do processo, estando a seu critério a valoração de provas e o arbitramento das frações das agravantes e atenuantes de acordo com o seu sentir, entendo estar com razão o *Parquet* ao opinar pela majoração da pena intermediária em fração superior a apenas um ano, pois reputo estar sendo vulnerado o princípio da proporcionalidade, já que para esse aumento ou diminuição é, jurisprudencial e doutrinariamente, aceita a fração de 1/6, conforme colação abaixo:

[...]

Por derradeiro, analiso o pleito ministerial de diminuição da fração utilizada para a causa de diminuição da pena inculpada no Art. 14, II do Estatuto Penal, tendo o sentenciante utilizado a fração de 1/2 enquanto o órgão ministerial pretende a utilização do numerai de 1/3, em razão do iter criminis percorrido.

Assiste razão, uma vez mais, ao *Parquet*. A prova acostada aos autos demonstra claramente que o autor dos disparos perseguiu o resultado final "morte" ao efetuá-los, pois a vítima correu risco de morte comprovado, de acordo com a prova técnica produzida (fls. 30/33; 248), atestando que a vítima sofreu lesões que resultaram em perigo de vida e debilidade permanente do braço. O iter criminis percorrido quase que se completou integralmente.

Logo, também na 3ª fase a dosimetria merece reparos, devendo ser utilizada a fração de 1/3 quando do cálculo final da reprimenda a ser suportada pelo réu, ora Apelante.

Aprecio agora o pleito ministerial de fixação de pena em grau máximo para o crime de porte ilegal de arma de fogo, diante das evidências, todas contrárias ao réu necessário dizer, tendo sido determinado que não havia registro da mesma arma em seu nome junto ao DEFAE, além do fato de ter sido ela adquirida para o cometimento da tentativa de homicídio.

No caso em tela, o réu, ora Apelante, não demonstrou possuir o certificado de registro federal emitido pelo SINARM tampouco a arma se encontra em seu nome. Tais circunstâncias estão incluídas no tipo do Art. 14 da Lei de Armas, não

ensejando qualquer tipo de reparo na pena-base imposta ao Apelante nesta fase.

Observo, contudo que a arma de fogo utilizada na tentativa de homicídio foi adquirida pelo réu com este claro propósito. Portanto, o regime prisional a ser aplicado deverá ser mais gravoso, em consonância com os Art. 33, § 3º c/c e 59 todos do CP, porém não no quantum máximo pretendido pelo Parquet.

Ante o previamente exposto, necessário o reparo da dosimetria anteriormente cominada.

Quanto ao crime de tentativa de homicídio:

Acolhido o recurso ministerial para aumento de pena base e atento às condições do Art.59 do Estatuto Repressor, fixo-a em 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses, de reclusão, tendo por fundamento a futilidade dos motivos que levaram o réu ao cometimento do delito.

Prosseguindo para a segunda fase e ante o já decidido, exaspero a pena-base em 1/6, pelo reconhecimento da agravante genérica das circunstâncias e conseqüências do crime, fixando-a em 16 (dezesseis) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.

Na derradeira fase, reconhecido que o crime aproximou-se mais da consumação do pretendeu fazer crer a defesa, adoto a fração mínima de 1/3, quando do reconhecimento da tentativa, reduzindo a pena para 11 (onze) anos, 01 (um) mês, de reclusão, a que torno definitiva ante a ausência de outras circunstâncias a serem avaliadas.

O regime prisional é o fechado, por expressa determinação legal do Art. 2º, § 1º da Lei de Crimes Hediondos.

Quanto ao crime de porte ilegal de arma de fogo, ante a afirmação do réu que a arma utilizada no homicídio foi retirada de um de seus empregados dias antes, sem que aquele a entregasse à autoridade policial competente, deixando claro assim o seu desapego pela observância das leis vigentes em nosso país, afasto a pena-base do mínimo, fixando-a em 02 (anos) e 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias-multa, no valor mínimo legal.

Pela não adoção da tese defensiva da consunção, forçoso reconhecer o concurso material ocorrido, pelo que somo as penas dos delitos cometidos pelo Apelante, totalizando 13 (treze) anos, 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias-multa, no valor mínimo legal.

Em razão da culpabilidade demonstrada pelo réu e em por expressa determinação legal, fixo o regime fechado para expiação da reprimenda final.

VOTO, pois, em CONHECENDO dos recursos, no sentido de NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DEFENSIVO e DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL fixando a nova sentença em 13 (treze) anos, 05 (cinco) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no valor mínimo legal, em regime fechado para os crimes de homicídio e de porte ilegal de arma de fogo, expedindo-se o mandado de prisão após o trânsito em julgado.

[...]

Consequentemente, a elaboração da dosimetria, *in casu*, obedeceu ao princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado, a justificar *adequadamente a fixação da pena-base. Dessa forma, a fixação da dosimetria está suficientemente fundamentada, inexistindo flagrante ilegalidade ou teratologia a ser sanada* (HC n.

250.601/RJ, Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 14/11/2012).

Em termos diversos, sobre a pretensão acerca da redução da pena, **não** assiste razão ao recorrente, porque o Tribunal de origem formulou dosimetria de maneira fundamentada (fls. 1.177/1.200 e 1.249/1.254).

Além disso, desconstituir esse entendimento *a quo* demandaria a *análise do conteúdo fático-probatório dos autos, providência obstada pelo enunciado da Súmula 7 do STJ* (AgRg no AREsp n. 958.088/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 8/10/2019).

Nesse sentido: REsp n. 1.777.169/AL, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/5/2019.

Pelas mesmas razões, fixada a redução da pena em razão da tentativa com observância do *iter criminis percorrido apurado nos autos, descabe em recurso especial a alteração da fração redutora, pois tal providência enseja o revolvimento fático-probatório, vedado pela Súmula n. 7/STJ* (AgRg no AREsp n. 1321942/RS, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 26/8/2019)

A violação do art. 93, IX, da Constituição Federal se revela *quaestio* afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso, nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.

Confira-se julgado em consonância: AgRg no REsp n. 1.055.431/SC, Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 9/11/2009.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator